

# Estados Unidos e China: a disputa do século XXI. É só poder?

*The United States and China: the dispute of the Twenty-First Century. Is it just power?*

**Resumo:** A disputa hegemônica entre EUA e China, evento contemporâneo fulcral, nos infere a refletir sobre o futuro do ordenamento global. Tradicionais recursos de poder (político, econômico e militar), inexoravelmente, se farão presentes. Nesse contexto, variáveis específicas exercerão influência sobre o processo, com destaque para a liderança no segmento científico-tecnológico, a balança do poder militar, as políticas de alianças e a os fatores ideacionais centrais que caracterizam as diferentes visões de mundo. À medida que a aludida disputa ganha impulso, cresce em importância a leitura apurada dos eventos de natureza conjuntural e suas conexões com questões estruturais marcantes das relações internacionais. As análises decorrentes darão suporte ao inevitável reordenamento das estratégias nacionais. Este artigo objetiva descortinar as variáveis supracitadas, relacionando-as em causa e efeito ao dominante pensamento estratégico ocidentocêntrico. A conclusão busca retratar alguns desafios relacionados à eventual construção de um novo ordenamento global.

**Palavras-chave:** disputa hegemônica; ordem mundial; estratégia nacional.

**Abstract:** The hegemonic dispute between the US and China, a key contemporary event, leads us to reflect on the future of the global order. Traditional resources of power (political, economic and military), inexorably, will be present. In this context, specific variables will influence the process, with emphasis on leadership in the scientific-technological segment, the balance of military power, alliance policies and the central ideational factors that characterize the different worldviews. As the aforementioned dispute gains momentum, the accurate reading of events of a cyclical nature and their connections with outstanding structural issues in international relations grows in importance. The resulting analyzes will support the inevitable reordering of national strategies. This article aims to unveil the aforementioned variables, relating them in cause and effect to the dominant Western-centric strategic thinking. The conclusion seeks to portray some challenges related to the eventual construction of a new global order.

**Keywords:** hegemonic dispute; global order; national strategy.

**Guilherme Otávio Godinho de Carvalho**   
Exército Brasileiro. Centro de Estudos  
Estratégicos do Exército (CEEEEx)  
Universidade de Brasília (UnB)  
Brasília, DF, Brasil  
guilhermeart90@gmail.com

**Recebido: 11 jul. 2021**

**Aprovado: 10 jan. 2023**

**COLEÇÃO MEIRA MATTOS**

**ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833**

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## 1 INTRODUÇÃO

A ordem internacional liberal herdada da Segunda Guerra Mundial (II GM), ratificada, em parte, no período pós-Guerra Fria, vem sendo colocada à prova. Há alguns anos, em diferentes graus, sugere-se o transcurso de um processo de deslocamento de poder, do Ocidente para o Oriente. A alegação da ocorrência de uma suposta transição hegemônica (ora em curso) dos Estados Unidos da América (EUA) para a China, acompanhada pelo afloramento de outros polos de poder – essencialmente regionais – emoldura a ideia (CARVALHO, 2022, p. 94). Tal quadro pode ser caracterizado pela emergência de uma ordem internacional multipolar, onde duas potências buscam a condição hegemônica e outros Estados (ou blocos) tentam desempenhar papéis relevantes no processo de conformação de uma nova ordem global.

As tradicionais teorias das Relações Internacionais (RI) identificaram, há muito, a importância dos períodos de transição entre hegemonias, salientando a relevância dos atores e das dinâmicas revisionistas envolvidos na disputa, bem como os eventuais impactos erosivos na estabilidade do sistema internacional. O *mainstream* dos analistas, entre os quais os norte-americanos, consideram a China a única rival geopolítica realmente capaz de ameaçar a posição dos EUA no topo da ordem global. Nessa perspectiva, estrategistas têm trabalhado no assessoramento dos agentes envolvidos nos processos decisórios de mais alto nível dos seus países, buscando as melhores soluções para a plêiade de instigantes questões que ora se evidenciam.

Allison (2020) argumenta que a fulminante ascensão da China provoca uma mudança sísmica no equilíbrio de poder global. Do repertório de desafios à hegemonia norte-americana, que vai desde uma robusta ascensão econômica até o crescente empoderamento no campo militar, a China apresenta algo novo ao seu principal rival: vantagem competitiva em destacados nichos do campo científico-tecnológico. Desde o início do século XX, os EUA capitanearam todas as revoluções tecnológicas, apresentando-se como o indutor dos processos de transformação a elas vinculados. Atualmente, ao se posicionar como um competidor que domina parcela de relevantes segmentos na esfera tecnológica, a China demonstra disposição para travar duros embates pela liderança no setor. Entre os segmentos diretamente impactados, destaca-se o de defesa.

Valendo-se de um significativo potencial econômico, a China emprega parcela da sua vultosa poupança interna em diversas partes do mundo. Investimentos em infraestrutura que viabilizem acesso a recursos naturais e/ou favoreça o estabelecimento de corredores logísticos estratégicos, associados à concessão de empréstimos financeiros sob condições muito “especiais”, integram o rol de opções do país. Desse quadro, emerge uma intrincada rede de nações que compõem o repertório de política externa chinesa, parte dela focada no engajamento econômico e financeiro de nações e corporações. Blackwill e Harris (2016), ao explorarem o conceito de geoeconomia<sup>1</sup>, defendem a ideia do protagonismo chinês nesse segmento, “considerando a China como a melhor lente disponível para entender como as ferramentas geoeconômicas operam na prática” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 93).

---

1 O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos favoráveis, considerando os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país (tradução nossa) (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20).

Diferentemente de outras potências, a China não desfruta de garantias de segurança consolidadas. A baixa institucionalidade da arquitetura de defesa no seu entorno estratégico leva o país a buscar a máxima autonomia do seu poder militar. Pesados investimentos na obtenção de capacidades para o Exército de Libertação Popular (ELP) externalizam um dos componentes centrais da grande estratégia da China, indicando a intenção dos formuladores de política do país em estabelecer uma estrutura militar que garanta seus interesses econômicos e estratégicos. Tal situação poderia nos levar a inferir o incremento da fricção com outros atores globais.

Nesse contexto, no jogo das grandes potências, a expansão de áreas de influência e a recomposição de parcerias e alianças estratégicas tendem a tipificar as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas contemporâneas. Do conjunto de variáveis incidentes, é incontestável que o poder duro venha a continuar ocupando lugar de destaque. Aos fundamentos materiais (militares e econômicos) a ele vinculados, associa-se uma crescente assertividade diplomática, orientada para a defesa de interesses nacionais e para a comunicação de valores imateriais. Diferentes perspectivas, visões de mundo e autopercepções nos leva a refletir como e em que grau as mencionadas variáveis serão consideradas nas fluidas dinâmicas da política internacional (CARVALHO, 2022).

Sucessivos debates teóricos que emolduram o campo de estudo das RI são ancorados em reflexões filosóficas e epistemológicas, influenciadas por diferentes formas de enxergar o mundo. Lentes focais e monocromáticas têm sido substituídas por outras que possibilitam uma leitura mais ampla e plural dos fenômenos internacionais, gerando novas estratégias de captura e interpretação da realidade. A representação clássica de um mundo marcado pela competição e pela imposição da força estaria sendo substituída, crescentemente, pela de uma ordem global caracterizada por complementaridades e interdependências.

Na esteira das chamadas “viradas”, a emergência de atores “subalternos” e de “periferia” reforçam um discurso contestatório à predominância do poder duro, compartilhando concepções menos competitivas e mais inclusivas. Uma possível síntese que traduza a essência desse movimento no campo das RI seria algo como “o mundo atual clama por coisas diferentes”. Todavia, a aceleração e o aprofundamento de um eventual processo de transição hegemônica, nos moldes das clássicas disputas geopolíticas, parecem desafiar as propostas analíticas supramencionadas.

Assim, ao acrescentar complexidade à competição internacional ora instalada, a conjugação de fatores materiais e ideacionais nos permite formular a seguinte indagação: **seriam os tradicionais conceitos, referências e perspectivas ocidentocêntricas, em especial aqueles que superlativam a centralidade da distribuição de poder no sistema internacional, suficientes para compreender a emergência da competição sino-estadunidense pela hegemonia global? Enfim, é só poder?**

Ao tentar responder à pergunta e estimular algumas reflexões, este artigo debate as capacidades de China e EUA transformarem seus recursos de poder em poder real, ressaltando a relevância das variáveis científico-tecnológica e militar no processo. Destaca o significado e o peso das ideias na competição, como a tradução (comunicada) de valores, interpretações de mundo e autopercepções. Conceitualmente, explora algumas limitações da chamada visão ocidentocêntrica, na intenção de jogar luzes sobre algumas características do atual processo de

transformação da ordem mundial. Para tal, o trabalho se divide em três seções, além desta introdução e de uma conclusão.

A primeira seção aborda a competição travada no campo da ciência e tecnologia (C&T) e a sua proximidade com questões de defesa, destacadamente quanto à obtenção de capacidades militares que agregam tecnologias capazes de impactar a distribuição do poder global. Na segunda seção, são traçadas considerações sobre o valor e o peso das “visões de Mundo” na composição da matriz de variáveis que permeia o jogo das grandes potências. A terceira seção traz à reflexão a efetividade e a resiliência da tradicional visão ocidentocêntrica na compreensão das dinâmicas contemporâneas, abordando, superficialmente, como o processo de definição da agenda internacional interage com a provável emergência de um sistema multipolar. Na conclusão, argumenta-se que a disputa sino-estadunidense abarca desde questões referentes à distribuição de poder até fatores ideacionais atinentes às suas visões de mundo.

## **2 A COMPETIÇÃO NO CAMPO DA C&T E SUA INTERAÇÃO COM O SEGMENTO DE DEFESA**

Não faz tanto tempo assim – 30 anos ou menos –, a China figurava timidamente em qualquer *ranking* que retratasse níveis de educação, ciência e inovação. Atualmente, após vigorosos investimentos na qualificação de recursos humanos, referenciados em sólida estratégia, o país ocupa lugar de destaque como desenvolvedor e fornecedor de tecnologias de ponta. Ao analisarmos seus resultados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)<sup>2</sup>, cuja pontuação é superior à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)<sup>3</sup>, identifica-se, claramente, a origem dos avanços obtidos.

Na China, o crescente investimento em educação se traduz em reflexos positivos para diversos segmentos da economia. A parcela de valor agregado global em produtos com alta tecnologia cresce, ininterruptamente, com destaque para segmentos como computação, semicondutores, fármacos e equipamentos de comunicações. O progressivo número de patentes<sup>4</sup> e o montante investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) corroboram para o incremento da valoração do seu papel como país detentor de elevada capacidade autóctone de inovação tecnológica, em que pese a ainda ser considerado uma incubadora da pirataria cibernética e da espionagem corporativa<sup>5</sup>.

---

2 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://exame.com/mundo/pisa-mostra-que-a-china-e-o-pais-a-ser-copiado-em-educacao/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

3 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

4 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: [https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2021/article\\_0002.html](https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2021/article_0002.html). Acesso em: 12 dez. 2022.

5 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://mittechreview.com.br/como-a-china-se-tornou-uma-gigante-de-espionagem-cibernetica-sem-igual-e-duradoura/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

O mais recente Plano Quinquenal do Partido Comunista da China - PCCh (2021-2025)<sup>6</sup> lista sete áreas estratégicas consideradas essenciais para a “segurança nacional e o desenvolvimento geral”: inteligência artificial (IA), computação quântica, circuitos integrados, genética e pesquisas biotecnológicas, neurociência e o setor aeroespacial. De acordo com o documento, o país pretende criar laboratórios nacionais e reforçar programas acadêmicos para desenvolver e apoiar algumas das citadas tecnologias. Ademais, vacinas, exploração em mar profundo e reconhecimento de voz também se fazem presentes no rol de metas. Pela primeira vez, o PCCh dedicou um capítulo exclusivamente ao tema tecnologia, divulgando a intenção de elevar o gasto com P&D em mais de 7% ao ano, representando, em termos absolutos, 2,4% do PIB.

O contexto de uma “guerra tecnológica” está pressionando Pequim a “desamericanizar” cadeias de suprimentos tecnológicos. A estratégia visa substituir insumos dos EUA por tecnologia doméstica ou de fornecedores alternativos no sudeste asiático e na Europa. Melhorar a inovação doméstica e proteger as cadeias de tecnologia são prioridades no 14º Plano Quinquenal do PCCh. Nesse quadro, é provável a ocorrência de uma bifurcação das cadeias produtivas entre China e EUA em áreas como telecomunicações, infraestrutura, armazenamento de dados, armamentos e cabos de dados submarinos.

A China lidera a produção de terras-raras, enquanto os EUA dominam a de semicondutores e *softwares* necessários para fabricação de *chips*. A disputa na área de semicondutores é o principal exemplo de como a cadeia de valor que envolve os dois países está se desfazendo (ou pelo menos se enfraquecendo). Os EUA punem empresas chinesas e querem impulsionar a produção local<sup>7</sup>. A China estoca *chips* e analisa meios próprios de fabricação.

As próximas gerações da telefonia móvel representam uma quebra de paradigma da nossa era, possibilitando o uso de dispositivos e aplicações que só adquirem funcionalidade mediante o franqueamento de um grande tráfego de dados. Do conjunto de tecnologias disruptivas que dependerão da referida condição, emerge, em importância, a IA. Ao adicionar cognição a robôs e armamentos, cujas aplicações são promissoras para alavancar capacidades militares em todos os níveis e domínios, a IA reúne potencial de alterar as tradicionais e conhecidas características dos conflitos, delegando aos seus detentores vantagens estratégicas fundamentais. Nesse sentido, atual liderança da China no segmento de quinta geração de telefonia móvel (5G) tende a lhe permitir a obter benefícios de forma mais imediata.

Quanto à disponibilidade de poder militar, a assimetria é significativa. Os EUA mantêm seus gastos militares em níveis elevados, o que lhe garante a liderança mundial há décadas. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2021)<sup>8</sup>, as despesas militares estadunidenses alcançaram a cifra de US\$ 778 bilhões em 2020, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior e 39% do total das despesas militares globais.

---

6 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: [https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0237\\_5th\\_Plenum\\_Proposal\\_EN-1.pdf](https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0237_5th_Plenum_Proposal_EN-1.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

7 Em outubro de 2022, o governo norte-americano editou uma dura medida que restringe o acesso de empresas chinesas à tecnologia de *chips*, fato que acirrou a competição comercial e tecnológica entre os dois países.

8 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Foi o terceiro ano consecutivo de crescimento, após sete de reduções contínuas. Parcela relevante do mencionado aumento é atribuída ao incremento de investimentos em P&D, assim como ao andamento de vários projetos de longo prazo, vinculados à modernização do arsenal nuclear e de todo o setor de defesa dos EUA.

Em 2020, a China se manteve na vice-liderança dos gastos militares globais (US\$ 252 bilhões). Da análise superficial do perfil desembolsado, expressiva parcela foi destinada à obtenção de equipamentos militares com alto valor tecnológico agregado (aeronaves, satélites, sistema de navegação inercial próprio, mísseis, interferidores cibernéticos etc.), alguns deles de origem nacional. Juntos, EUA e China representam 2/3 das despesas mundiais com o setor militar.

A ocorrência de testes vinculados ao desenvolvimento de mísseis hipersônicos, por parte da China, despertou a atenção da comunidade internacional. O domínio de capacidades atreladas a um sistema de bombardeio orbital fracionado (FOBS, em inglês), embora não seja algo inédito, alça o país asiático a uma posição diferenciada no rol de ameaças efetivas aos EUA. Um eventual sucesso na superação das defesas antimísseis norte-americanas pode ensejar uma corrida armamentista cara, indesejável e perigosa<sup>9</sup>.

A imprensa internacional, recentemente, divulgou imagens atribuídas à construção de silos para mísseis balísticos intercontinentais, no deserto da província de Gansu, no noroeste da China, alertando especialistas internacionais em segurança para o tema<sup>10</sup>. Estima-se que o ELP tenha à sua disposição cerca de 200 ogivas nucleares em condições de serem operadas, o que tem gerado especulações no Pentágono sobre uma eventual mudança na estratégia nuclear chinesa, preocupação externada no *Annual Report to Congress – Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*<sup>11</sup>. Embora persista uma clara assimetria nuclear favorável aos EUA, a incorporação de novas capacidades eleva o grau de disponibilidade e prontidão das forças armadas chinesas, impactando a balança de poder.

Também conectado à dimensão aeroespacial e com alto valor tecnológico agregado, o segmento satelital tem adquirido relevância crescente no espectro da competição entre as grandes potências. A intenção do uso do espaço para fins não pacíficos é acompanhada por destacados investimentos no desenvolvimento de tecnologias voltadas para armas antissatélites. EUA, China e Rússia travam uma disputa relativamente silenciosa, carregada de intensos debates e troca de acusações, o que tem exigido sofisticada articulação diplomática. O Tratado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço Exterior (PPWT)<sup>12</sup>, que Pequim e Moscou submetem à ONU, é um exemplo de instrumento de concertação ora em avaliação.

---

9 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/10/18/hypersonic-china-missile-nuclear-fobs/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

10 Sobre o assunto, consultar os links disponíveis em: <https://www.economist.com/china/2021/07/31/china-is-rapidly-building-new-nuclear-missile-silos> e <https://foreignpolicy.com/2021/06/30/china-nuclear-weapons-silos-arms-control/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

11 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF>. Acesso em: 12 dez. 2022.

12 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/proposed-prevention-arms-race-space-paros-treaty/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Do exposto, é possível inferir que, apesar da pandemia da covid-19 e da redução de parte de sua atividade econômica, a China tem conseguido sustentar a produção de sua indústria high-tech, assinalando obstinação pela liderança tecnológica mundial. Tal postura encontra relação direta às suas ambições geopolíticas de potência em ascensão e impulsiona a disputa com os EUA. Como instrumentos capazes de agregar recursos de poder, o desenvolvimento e o domínio de tecnologias disruptivas, cada vez mais associadas a sofisticados equipamentos militares, estão, progressivamente, intensificando conexões com as estratégias nacionais. Nesse ambiente de competição, o manejo da corrida tecnológica em prol de objetivos e interesses nacionais assume centralidade, agregando complexidade às disputas geoestratégicas e geopolíticas.

### 3 O PAPEL E O PESO DAS IDEIAS

Na base da formulação teórica do realismo clássico, Morgenthau (2003) atribuiu significativa relevância à condição estrutural do sistema internacional, destacando a busca pela maximização do poder estatal frente a uma estrutura anárquica, resultante da interminável defesa dos interesses nacionais. Ao arrazoar a existência de limitações ao exercício do poder no sistema internacional, Morgenthau apresenta a balança de poder<sup>13</sup> como a mais importante medida de restrição e constrangimento.

Walt (2021, n.p.) elenca um conjunto de condicionantes que minimiza a probabilidade de China e EUA irem à guerra, ressaltando que, além de fatores geográficos (tamanho, população e localização), os dois países possuem armas nucleares, o que limita a capacidade de qualquer um de constranger ou obrigar o outro a impor suas vontades. Nessa linha, argumenta que, provavelmente, nenhum país converterá o outro à sua ideologia política preferida. “Gostem ou não, as duas potências terão que coexistir por muito tempo”. Parece adequado, portanto, recordar a sintetização do contexto de disputas estratégicas e conflitos indiretos que caracterizou a Guerra Fria: “paz impossível, guerra improvável” (ARON, 1948).

Em discurso no Congresso dos EUA, em abril de 2021, o presidente Joe Biden, ao externar algumas das suas metas de governo, reconheceu que seu país enfrenta uma nova era de competição, necessitando readequar as estratégias para melhorar seu jogo. Ao defender a democracia, Biden ressaltou que os EUA têm a obrigação e o dever de se manter como a referência mundial do modelo político, o que, por conseguinte, o impele a se contrapor às autocracias - “[...] temos que provar que a democracia funciona” (UNITED STATES, 2021, n.p., tradução nossa).

A defesa dos valores fundamentais que identificam os EUA como nação tem origem na fundação do país, quando a base estrutural de suas organizações político-sociais foi estabelecida. Diferentemente de seus vizinhos, os habitantes do norte do “Novo Mundo” desfrutavam de relativa liberdade e autonomia política – incomuns à época –, cabendo-lhes decidir sobre as principais questões internas. Tal quadro amalgamou o desenvolvimento de uma mentalidade autônoma de governança, incipiente sinal do representativo valor da liberdade para aqueles pioneiros.

13 A aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma delas tenta manter ou alterar o status quo, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como a políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio (MORGENTHAU, 2003, p. 321).

Moïsi (2009) descreve que a história dos EUA (assim como a de Israel) foi construída com base na “esperança messiânica e na crença de uma América como terra da redenção, libertação e de um novo começo”. A república, fundada como idealista, vibrante e modesta, em menos de dois séculos se expandiu até a condição de império. O otimismo, o individualismo, a flexibilidade, o culto à excelência e a convicção de ser único constituíram os ingredientes-chave do sucesso. “Os EUA, desde a sua gênese como nação, se viram como um projeto em construção, e não como uma memória ou tradição a ser protegida ou ultrapassada” (MOÏSI, 2009, p. 109).

A ideia do “destino manifesto” se confunde com a da existência de uma tradição de política exterior norte-americana<sup>14</sup>, cujo cerne pode ser traduzido em um discurso do candidato derrotado (por Obama), Mitt Romney, em 2012: “Deus não criou este país para que fosse uma nação de seguidores. Os EUA não estão destinados a ser apenas um dos vários poderes globais em equilíbrio. Os EUA devem conduzir o mundo ou outros o farão”. Schlesinger (1992) vincula tal convicção a um “providencialismo”<sup>15</sup>, que teria contribuído para impelir o país (do ponto de vista ideacional) a promover a liberdade e a democracia pelo mundo, bem como imprimido alguns dos principais contornos àquilo que é conhecido como o excepcionalismo norte-americano.

Todavia, ao longo da história recente, ao lançar mão do uso da força para atingir objetivos políticos, vinculando-os à ideia de um “destino missionário”, os EUA acabaram contribuindo para conformar a imagem de uma potência imperialista perante parcela do sistema internacional. Durante a Guerra Fria, quando a universalização dos valores norte-americanos se imbricou com a estratégia da contenção (territorial e ideacional) do comunismo, a amplificação do intervencionismo como estratégia de defesa dos interesses norte-americanos concorreu para a mencionada assertiva. Sem embargo, pode-se inferir a ocorrência de um “espelhamento estratégico” entre EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) naquele período, cada qual buscando expandir e consolidar áreas de influência. Atração e coerção alimentaram os debates sobre o papel de cada modelo na formulação das grandes estratégias durante a Guerra Fria.

Na obra “Ascensão e Queda das Grandes Potências” (1989), Paul Kennedy argumentou que o somatório total dos interesses norte-americanos e das suas obrigações globais extrapolaria as capacidades do país de defendê-los, simultaneamente. Desde o término da II GM, seria a primeira vez que a maior potência global encararia o debate que abraça um incômodo paradigma: a possibilidade do processo de transferência de poder se estabelecer. Com o fim da Guerra Fria e na esteira dos acontecimentos decorrentes do atentado de 11 de setembro de 2001, o mundo observou uma mudança de postura estratégica por parte dos EUA e dos seus principais aliados. A emergência da guerra ao terror e dos conflitos a ela atrelados acabaram criando condições para que uma China, até então “contida e aparentemente satisfeita”, aproveitasse as oportunidades que se descortinavam. O país resolveu mostrar ao mundo que o Império do Meio estava decidido a retomar seu lugar no sistema internacional. E da sua maneira.

14 Mead (2006) propôs a categorização da política exterior dos EUA em quatro “escolas”: hamiltoniana, jeffersoniana, jacksoniana e wilsoniana.

15 O “providencialismo” é entendido como uma condição vinculada à forte influência da religião sobre a sociedade norte-americana, remetente à ideia de ser os Estados Unidos uma nação escolhida por Deus para ser a referência e o exemplo para toda a humanidade. Embasa a crença na “missão messiânica” e no papel de “nação escolhida por Deus”.



A visão de Xi Jinping para a China, traduzida pela expressão “o sonho chinês”, busca capturar o desejo da nação ser rica, poderosa e respeitada. Assim como os EUA, a ideia de um excepcionalismo chinês, associada à filosofia confuciana, está internalizada na mais antiga civilização do mundo. No início da década de 1970, ao se preparar para assessorar Nixon na empreitada de aproximação com a nação asiática, Henry Kissinger já havia assimilado que as relações internacionais da China eram a expressão externa dos seus princípios de ordem social e política internos. Na interpretação de Kissinger, o país comunista considerava o sistema internacional altamente hierarquizado e não igualitário. Assim, o entendimento das dinâmicas que regem a ordem internacional seria uma derivação da expressão confuciana “conhece o teu lugar”.

Após longa dominação chinesa na Ásia, a primeira metade do século XIX marca o início do período conhecido “o século da humilhação”. Derrotas militares, colonização econômica e ocupação por potências estrangeiras imprimiram ressentimentos profundos na civilização chinesa. Às gerações mais novas, um ensinamento é massivamente repassado: “nunca esquecer; outra vez, jamais”. Em 1949, sob o comando de Mao, a vitória dos comunistas na guerra civil resgatou a expropriada soberania. Ainda que o país tenha se livrado da dominação imperialista estrangeira, o preço cobrado pelo novo regime foi altíssimo. Somente após a morte de Mao (1976), com a ascensão de Deng Xiaoping, uma nova transformação teve início, com desdobramentos até os dias atuais.

A China, potência insatisfeita com a ordem internacional vigente, almeja ser alçada a uma condição diferente daquela que se encontra hoje. Desde 2010, o país asiático se tornou a segunda economia mundial, podendo ultrapassar a norte-americana até o final da década de 2020. Projetos ambiciosos, como o “*Belt and Road Initiative*”, potencializam sua projeção internacional e viabilizam sua grande estratégia, instrumentalizada por uma assertiva política externa, centralizada na expressão do poder econômico e alicerçada por um pujante poder militar.

Paralelamente, visando alcançar seus objetivos políticos, o Estado chinês se utiliza, com relativo sucesso, de recursos de *soft power*. Ainda que a liderança do Ocidente nesse campo seja real, esforços têm sido feitos para potencializá-lo. Elementos culturais (diplomacia cultural), humanitários (“diplomacia das máscaras”) e associados à cooperação econômica são alguns exemplos. Alternando relações com potencial de gerar dependência econômica (investimentos) e engajamentos financeiros (empréstimos que caracterizam “armadilhas financeiras”), a grande estratégia chinesa vai sendo viabilizada. Ao aumentar sua capacidade de se fazer presente em diversas partes do mundo, bem como seu poder de influência sobre segmentos estatais e não-estatais, a visão de Xi Jinping de “tornar a China grande outra vez” – combinando prosperidade e poder – vai se estabelecendo.

Segundo Walt (2021), a China acredita que uma ordem mundial adequada seja, essencialmente, westfaliana. O país enfatiza a soberania territorial, a não interferência e privilegia as necessidades do coletivo (como a segurança econômica) em detrimento dos direitos ou liberdades do indivíduo. Enfim, a China almeja um sistema internacional que ofereça segurança para o modelo autocrático do seu PCCh. Os EUA, em contraste, há muito promovem uma ordem

mundial baseada nos chamados valores liberais, cujas bases ideacionais estão centradas na valorização de certos direitos inalienáveis, consubstanciados no respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos. Ainda que busquem fortalecer suas narrativas, ambas as potências não são, integralmente, fiéis ao conteúdo dos seus discursos.

Ao se referir ao robustecimento do poder militar do ELP, Xi Jinping resume o processo da seguinte forma: “combater e vencer guerras”. Para o líder chinês, “visando concretizar o grande renascimento da nação chinesa, devemos assegurar a harmonia entre um país próspero e um exército forte”. Allison (2020) destaca que a força das palavras – e da ideia nela contida – é particularmente importante para a China, pois busca recuperar a humilhação sofrida nas mãos das potências estrangeiras. Ainda que o discurso se apresente dessa forma, aparentemente não significa que a China queira combater (por já). Todavia, ancorado em objetivos de longo prazo, o recado tem endereço certo.

Gray (2016), buscando analisar como ideias e práticas interagem na operacionalização da *high politic*, apresenta a cultura estratégica como “a unidade essencial para toda experiência estratégica”. Mesmo ressaltando a inadequação de considerar todo comportamento estratégico sujeito à influência cultural, Colin Gray alerta que as dimensões da estratégia são expressas em comportamento (de pessoas e instituições) ancorado na cultura<sup>16</sup>. “A estratégia tem muitas dimensões, e uma delas é a cultural”.

A corrente construtivista das RI, ao analisar a política externa por meio do seu principal eixo – a diplomacia –, busca tornar claro que a construção política da narrativa e da sua operacionalização são componentes da cultura estratégica do ator estatal a que está vinculada. Considera, assim, a cultura estratégica como imprescindível instrumento analítico nas áreas da tomada de decisão política, da segurança e defesa, da geopolítica, da geoestratégia, da inteligência estratégica e da cultura organizacional.

Não obstante EUA e China manifestarem, em larga escala, interesses políticos e econômicos conflitantes, os valores embutidos nos discursos de ambas as nações apresentam traços de convergência. A ideia do excepcionalismo é uma característica comum aos dois povos, assim como a crença de que ambos agem com honestidade de propósitos e fidelidade aos seus “destinos manifestos”. Tais qualidades (ou características) acabam por tipificar e qualificar as culturas identitárias de China e EUA, com reflexos na conformação de suas políticas exteriores.

Nessa perspectiva, as análises direcionadas à vigorosa emergência da China como eventual postulante à quebra do *status quo* suportado pelos EUA não devem ser reduzidas às tradicionais (e importantes) questões geopolíticas. O peso dos fatores ideacionais é substantivo, reunindo potencial para influenciar na mitigação ou no agravamento dos imponderáveis debates que se sucederão ao longo do instável processo de transferência de poder ora apreciado.

---

16 Cultura ou culturas compreendem as ideias, atitudes, tradições, hábitos mentais e métodos preferidos de operação, persistentes e socialmente transmitidos, que são mais ou menos específicos a uma comunidade de segurança particular, geograficamente baseada, que tenha uma experiência histórica única (GRAY, 2016, p.176).

#### 4 O OCIDENTOCENTRISMO E A AGENDA INTERNACIONAL

Hobson (2012) argumenta que os principais conceitos desenvolvidos por muitos dos mais relevantes estudiosos das RI para explicar assuntos globais – tanto sob uma ótica histórica quanto conjuntural ou preditiva – são profundamente centrados no modelo de pensamento do Ocidente. Com base em referenciais que fazem mais sentido sob a ótica de uma “civilização ocidental”, análises provincianas seriam produzidas desconsiderando uma visão mais universalista e, conseqüentemente, mais inclusiva, ocasionando prejuízo no julgamento de valor dos fenômenos internacionais.

Haveria, dessa forma, uma divisão normativa entre um “universalismo ocidental” e um “particularismo não-ocidental” por um lado, e “modernidade ocidental” e “tradição não-ocidental” por outro. Fruto dessa distorção, o estabelecimento de uma agenda global costuma ser visto como algo possível apenas para o Ocidente. Esse privilégio ocidental acaba não reconhecendo – ou desprezando – a agência não-ocidental, que só adquire alguma relevância quando representa uma ameaça fundamental para o Ocidente. Assim, presume-se que, sob a ótica da “civilização ocidental”, uma ordem global futura não-ocidental seria “caótica, desorientadora e perigosa” (STUENKEL, 2018).

Por óbvio, ao considerarmos o argumento supramencionado, o objeto ora apreciado neste trabalho é afetado, merecendo pertinente reflexão. Stuenkel (2018) pondera que o modelo amplamente aceito de “difusionismo ocidental” é baseado na premissa de que a história é um processo conduzido pelo Ocidente, o que enfraqueceria a parcela não-ocidental das contribuições para as formulações reflexivas do ambiente internacional. Ao negligenciar-se eventos importantes ocorridos fora do contexto europeu – em especial sob uma ótica histórica mais pregressa –, acontecimentos relevantes atinentes aos mais de quatro mil anos de história chinesa são minimizados, podendo ocasionar eventuais distorções e construções de narrativas enviesadas.

Mearsheimer (2015) argumenta que o declínio relativo do Ocidente tornará o mundo mais instável e perigoso, com potencial para a eclosão de uma guerra, perspectiva que o autor realista classifica como “deprimente”. Outros analistas inferem, sob o mesmo pano de fundo, que a fragilidade estrutural resultante reduzirá, significativamente, a capacidade dos Estados de cooperarem de maneira efetiva. Uma nova norma seria cada vez mais a “ausência de normas”. Tais abordagens se ancoram, simultaneamente, na centralidade do papel do Ocidente e no descrédito atribuído à multipolaridade, condições que fragilizariam o poder de concertação global à medida que a ausência do *hegemon* incrementaria instabilidade ao sistema internacional.

Por outro lado, uma breve digressão histórica apontaria dificuldades aos defensores das supramencionadas perspectivas em explicar os diversos momentos de instabilidade vividos sob a ordem liberal liderada pelos EUA, inclusive a ocorrência de guerras e outros conflitos violentos. Kissinger (2014) alega que, no processo de construção da ordem mundial no pós-II GM, o

excepcionalismo e o idealismo estadunidenses foram essenciais. Todavia, no âmbito dos debates que suscitam suspeição acerca de uma irrefutável legitimidade<sup>17</sup> norte-americana na condução do processo, observa-se, recorrentemente, a inferência da prática da coerção no decurso de diversos acontecimentos. Ao não ter desconsiderado o emprego de todos os recursos de poder disponíveis para dar forma e sentido próprio à ordem internacional, Washington incorporou a supremacia do seu “*way of life*” e, por consequência, foi seletivo o suficiente para subestimar a relevância de outras possibilidades de agências, de culturas e de pensamentos.

A maré democrática surgida após a derrocada soviética (1991), que abarcou diversas partes do mundo, levou ao falso entendimento de que “haveria um fim da História”, materializada pela vitória da democracia liberal ocidental sobre o modelo autocrático difundido pela extinta URSS. Mais recentemente, a Primavera Árabe reacendeu sentimento semelhante, logo arrefecido pela imposição da complexa realidade vivida nos países que participaram do movimento (somente a Tunísia levou a cabo as ideias ali defendidas). Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem, argumentativamente, a recente emergência de uma crise do sistema político norte-americano, inserida no contexto de um eventual processo de declínio democrático mundial. Nesse contexto, depreende-se o afloramento de dúvidas acerca da prevalência (ou não) de um modelo político capaz de emoldurar o processo de redistribuição de poder.

Os EUA (e o Ocidente de maneira geral) valorizam os fatores ideacionais como sendo os grandes impulsionadores do processo de “conversão global”. Ancorados na visão da cultura democrática liberal, minimizam, discursivamente, o papel do poder militar na criação e na manutenção da ordem global vigente. Ainda que a argumentação seja sedutora, não encontra, na totalidade, amparo na realidade conjuntural e histórica. A emergência de governos autocratas e/ou populistas tem contribuído para degradar a tese de que os chamados “valores ocidentais” terão, perenemente, força o suficiente para modelar o ordenamento internacional. A tese da emergência de uma “multipolaridade bipolar”, tendo a China (uma ditadura comunista) como a potência com disposição de desafiar a hegemonia mundial com os EUA, corrobora no questionamento da pujança perene do modelo ocidentocêntrico.

No contexto do contemporâneo fenômeno que nos propusemos apreciar, é possível identificar alguns pontos com potencial para conformar estratégias de enfrentamento/acomodação. A ocorrência de um sentimento de resgate de imagem, seja baseado em revisionismo (China) ou em desgaste (EUA), impele Washington e Pequim a se reposicionarem, estrategicamente, nos diversos tabuleiros globais. Na persecução de seus objetivos, estratégias fundadas em *hard power* concorrerão, inevitavelmente, com posturas concertativas e acomodativas, o que exigirá articulações políticas e diplomáticas sofisticadas. A disputa por áreas de influência, tão marcante no período da Guerra Fria, tende a se intensificar, requerendo habilidade na administração dos recursos de *soft/smart power*. Poder duro e ideias fomentarão a competição, em um mundo que observa a exacerbação do nacionalismo – alimento farto para o fomento da competição.

---

17 Legitimidade, na política internacional, significa a autoridade reconhecida para governar na hierarquia internacional. Tal conceito pressupõe a existência de uma “sociedade internacional” (CLARK, 2003). David Lake elaborou a teoria da autoridade relacional, conceitualizando a legitimidade nas RI (LAKE, 2009).

Sob outra perspectiva, a interdependência econômica, variável fundamental para interpretar o real alcance dos movimentos direcionados para causar efeitos de constrangimento, coação ou punição, continuará a desempenhar papel regulador na balança de poder. Não alcançará, todavia, a profundidade e a abrangência teorizadas por Keohane e Nye (1977). Ainda que menos belicista do que a Era Maoísta (1949-1976), o perfil contemporâneo da política externa chinesa, inaugurada por Deng Xiaoping (1978-1992)<sup>18</sup>, tem sofrido ajustes duros, adquirindo vieses ativos e confrontacionistas. A ascensão de Xi Jinping (2012) e a recente reorganização do PCCh<sup>19</sup> parecem contextualizar o atual período de mudanças. Reforma militar, segurança cibernética, finanças e política externa são algumas das áreas centrais abrangidas pelo processo ora em andamento. Por outro lado, o governo Biden NEparece não estar muito disposto a reverter algumas medidas tomadas pelo seu antecessor e que assinalaram o aprofundamento da competição com a potência asiática, demonstrando que “o pivô para a Ásia” é a coluna de sustentação da grande estratégia norte-americana contemporânea.

Nesse contexto, torna-se oportuno retornarmos ao debate sobre definição da agenda internacional, tema tradicionalmente associado às potências estabelecidas. Amparadas na efetividade de seus recursos de poder, as grandes nações projetam particular influência (e controle) sobre organismos internacionais, o que as eleva à condição de agentes privilegiados no processo de formulação de agendas. Liderança política, credibilidade internacional e relevante capital intelectual, entre outros fatores, compõem, sob a perspectiva das potências ocidentais, os pressupostos necessários para habilitar Estados ao papel de conformadores do “grande debate global”.

Todavia, ainda que a condição ampla de assimetria global possa constranger a participação de nações emergentes no processo de formulação da agenda internacional, é lícito inferir que este não é impenetrável. Dentre os fatores supracitados, depreende-se ser a credibilidade internacional um pressuposto acessível, em especial àqueles Estados comprometidos com os chamados “bens públicos globais”. Todavia, à credibilidade devem estar associadas outras condicionantes correlatas, tais como a reputação (relativa à legitimidade decorrente de bons resultados no trato de agendas internas análogas) e capacidade diplomática reconhecida (relativa à boa tradição de política exterior).

A pandemia da covid-19, mudanças climáticas, questões demográficas, migrações, defesa dos direitos humanos, armas de destruição em massa, entre outros temas presentes na agenda internacional contemporânea, demandam ações revestidas de concertação e aproximação. Nessa perspectiva, a capacidade de atração global assume relevância, degradando (mesmo que parcialmente) a potencialidade de ação direta dos poderes econômico e militar. Na disputa pelo protagonismo nos debates que envolvem os grandes temas globais, tanto EUA quanto China têm se valido, cada vez mais, de recursos de *smart power*.

18 Ascensão pacífica, de natureza passiva e não-confrontativa, baseada na transformação efetiva de seus recursos de poder econômico em poder real. A abertura e as profundas reformas promovidas no período alicerçaram o robusto desenvolvimento econômico chinês, transformando o país e inaugurando uma nova era na geopolítica global. A célebre frase de Deng Xiaoping “não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato” resume o pragmatismo político da era pós-Mao. (CARRIÇO, 2013)

19 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/after-xi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Clark (2003) argumenta que, nas transições de poder, uma questão essencial em jogo é a manutenção ou a aquisição de prestígio. É ele que determina quem dá as ordens e dirige o sistema internacional, a natureza desta ordem e como ela será exercida – mediante meios coercitivos ou pela autoridade legítima. Ao adequar suas estratégias para lidar com a emergência de Pequim, os EUA (e o Ocidente) se virão obrigados a revisar e repensar alguns conceitos ligados à visão de um mundo essencialmente ocidentocêntrico. O recorrente hábito de interpretar processos singularmente específicos segundo modelos de elevada generalidade induz à repetição de erros estratégicos, a um custo reiteradamente mais elevado.

## 5 CONCLUSÃO

Partindo-se de um quadro mais abrangente, que seja capaz de emoldurar algumas das principais incertezas que caracterizam a emergente competição hegemônica, é lícito considerar que a disputa sino-estadunidense abarca desde as tradicionais questões afetas à distribuição de poder (geopolíticas, geoeconômicas e geoestratégicas) até fatores ideacionais atinentes às suas visões de mundo.

Os contornos de multipolaridade que o sistema internacional vem adquirindo, com a possível prevalência (mesmo que temporal) de uma bipolaridade assimétrica, exigirão a readaptação das estratégias nacionais dos Estados atentos ao fenômeno. A competição pela conformação de áreas de influência (ou algo similar) será marcada por sofisticada diplomacia e pelo emprego de tradicionais recursos de poder. Atração, persuasão e dissuasão serão palavras cada vez mais presentes no vocabulário dos estrategistas e dos tomadores de decisão, vigilantes que estarão ao tabuleiro global.

Espera-se das grandes potências as principais iniciativas. Todavia, aos Estados emergentes aplicados, a capacidade de reconhecer oportunidades se tornará o grande diferencial. A essas nações, brevemente, o maior desafio a ser superado será identificar, estrategicamente, a mais vantajosa forma de se reposicionar frente aos inexoráveis movimentos sistêmicos. Elevar (ou não) o perfil de atuação internacional, potencializar recursos de poder econômico e militar, dinamizar a inserção comercial, posicionar-se frente aos grandes debates globais, entre outras, serão variáveis presentes nas contemporâneas formulações estratégicas dos Estados.

Da difusão de debates sobre o que é relevante para ser estudado/analísado pelo campo das RI, emergem distintas visões. Do confronto entre as alegadas “miopias” dos olhares tradicionais com as novas lentes de leitura de um mundo em transformação, infere-se que não foi apenas o mundo que mudou, mas também o olhar sobre este mundo. Neste artigo, ao apreciarmos a atual competição entre EUA e China no contexto do subcampo da Segurança Internacional, é possível concluir que o fenômeno não deve ser observado, exclusivamente, sob a ótica da distribuição de poder.

Ao analisarmos, sumariamente, a variável “disputa pela liderança do domínio científico-tecnológico”, inferimos sobre inexoráveis transbordamentos para o segmento de segurança, explorando algumas prováveis incertezas aderentes ao jogo das grandes potências. Buscou-se ressaltar a centralidade da C&T na alteração da balança de poder mundial, indicando uma provável e gradual redução da assimetria de poder militar entre EUA e China, impulsionada pela evolução de tecnologias disruptivas e pela obtenção de novas capacidades.

Argumentamos que há uma crescente relevância da influência de fatores ideacionais na construção da retórica de política externa, tanto dos EUA quanto da China, com reflexos para o processo de competição pela hegemonia. Fundamentamos que fatores materiais, intrinsicamente associados ao acúmulo de recursos de poder, não serão suficientes para movimentar, sozinhos, as peças do tabuleiro, o que emprestará complexidade à provável conformação de uma nova ordem internacional. A crise do mundo arrastará consigo a crise da teorização do mundo.

Não obstante as peculiaridades nacionais características de sociedades complexas, uma interpretação do fenômeno chinês segundo uma estilização ocidental é absolutamente incompleta. Ao se manter a resiliência de um pensamento ocidentocêntrico com vista a fundamentar estratégias voltadas para o atual (e futuro) momento de competição hegemônica, é muito provável que limitações referenciais não ofereçam, com efetividade e eficácia, a elasticidade e a amplitude suficientes para a construção das opções estratégicas adequadas.

A despeito de ser a corrida pelo acúmulo de poder duro o ditame tradicional que regula o ritmo das competições na arena internacional, esforços em busca de acomodação e redução de conflitividade serão imperiosamente necessários. Em um momento de reorganização dos tradicionais quadros de aliança globais, indispensáveis para a consecução dos difusos objetivos políticos das grandes potências (e com reflexos para todo o sistema internacional), é importante que prevaleça a inteligência diplomática e a capacidade de negociação, ferramentas políticas arrefecedoras de uma indesejável escalada na disputa pela hegemonia mundial. E não é só poder que moverá as peças no jogo das grandes potências.

**REFERÊNCIAS**

- ALLISON, G. **A caminho da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- ARON, R. **Le grand schisme**. Paris: [Gallimard], 1948.
- BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- CARRIÇO, A. Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 23-33, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3gAsKya>. Acesso em: 11 out. 2021.
- CARVALHO, G. O. G. Disputa hegemônica, fatores ideacionais e disputa do tabuleiro internacional: entre a ideologia e o pragmatismo. **Análise Estratégica**, Brasília DF, v. 23, n. 1, 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/9336>. Acesso em: 30 out. 2021.
- CLARK, I. Legitimacy in a global order. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 29, n. S1, p. 75-95, Dec. 2003.
- GRAY, C. S. **Estratégia moderna**. Tradução Geraldo Alves Portilho Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.
- HOBSON, J. **The eurocentric conception of world politics: western international theory 1760-2010**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. [Rio de Janeiro: Elsevier], 1987.
- KEOHANE, R. O; NYE, J. Power and Interdependence: **World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.
- KISSINGER, H. **World order: reflections on the character of nations and the course of the history**. New York: Penguin Press, 2014.
- LAKE, D. A. Relational authority and legitimacy in international relations. **American Behavioral Scientist**, [s. l.], v. 53, n. 3, 2009.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MEAD, W. R. **Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.



MEARSHEIMER, J. J. Can China rise peacefully? **The National Interest**, [Washington, DC], Oct. 25, 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully>. Acesso em: 10 out. 2021.

MOÏSI, D. **A geopolítica das emoções**: como as culturas do Ocidente, do Oriente Médio e da Ásia estão remodelando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2009.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SIPRI. Armament and disarmament/Arms and military expenditure. **Military expenditure**. Solna, Sweden: Stockholm International Peace Research Institute, 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>. Acesso em: 8 out. 2021.

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

UNITED STATES. The White House. **Remarks by President Biden in address to a Joint Session of Congress**. Washington, DC: The White House, Apr. 28, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/04/29/remarks-by-president-biden-in-address-to-a-joint-session-of-congress/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WALT, S. The world might want China's rules: Washington shouldn't assume its values are more attractive to others than Beijing's. **Foreign Policy Magazine**, Washington, DC, May 4, 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/05/04/the-world-might-want-chinas-rules/>. Acesso em: 10 out. 2021

